

# Recensões bibliográficas

---

ÉTIENNE, Robert; MAYET, Françoise, eds. - *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française. Actes de la réunion tenue à Bordeaux les 7 et 8 avril 1995 à l'occasion du trentième anniversaire de la Mission Archéologique Française au Portugal*. Paris: De Boccard, 1997. 298 p., ilust. s/ ISBN.

---

Editado sob orientação de Robert Étienne e Françoise Mayet, o volume traz como subtítulo *Trente années de collaboration archéologique luso-française*, uma vez que reúne as comunicações apresentadas, em Bordéus, a 7 e 8 de Abril de 1995, numa reunião que visava, precisamente, a comemoração da efeméride.

São três os itinerários propostos — sem contarmos com um quarto, o “itinerário sentimental”, sugerido por Bairrão Oleiro, a sublinhar como uma colaboração tão frutuosa deixa também marcas na amizade que se cimenta entre os intervenientes.

O primeiro, um “itinerário urbano”, porque centrado na cidade de Conímbriga, alvo de sistemáticas campanhas de escavações luso-francesas (de 1963 a 1972) e cujos resultados são por de mais conhecidos através da exemplar publicação dos sete volumes das *Fouilles de Conimbriga*.

O segundo itinerário levou a equipa a desvendar um outro mundo complementar, ainda da época romana, o mundo rural. E, nesse mundo, um que se revelava particularmente aliciante: o do mundo rural do Sul de Portugal. Será que ali teriam existido latifúndios na época romana? Só a escavação total de uma *villa* — empreendimento que, por incrível que pareça, ainda não fora tentado em Portugal e, quiçá, no mundo peninsular — será que uma escavação assim poderia trazer alguma luz nesse sentido?

A equipa francesa, adoptando outros elementos portugueses, dirigiu-se depois para um outro itinerário, a que designou de “industrial e marítimo”, pois que visava a exploração de assentamentos romanos sítios nas margens do rio Sado, nas proximidades de Alcácer do Sal (a romana *Salacia*) e de Setúbal — locais, de resto, visitados pela equipa anterior aquando da grande viagem pelo País anterior à escolha de S. Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira) para sítio a escavar no âmbito do segundo itinerário.

E as jornadas de Bordéus, de que o volume se faz eco, não foram propriamente de balanço, que para isso já havia as publicações. Reuniram intervenções complementares.

Assim, no que a Conímbriga diz respeito, Ana Arruda deu conta (p. 13-33) dos resultados das sondagens que, em 1988 e 1989, fizera em redor do *forum* da cidade, à procura dos vestígios pré-romanos, mais propriamente da Idade do Ferro, tendo detectado fundos de cabana, que considerou alheios ao “urbanismo de cariz mediterrânico que se encontra nas regiões mais meridionais” e que logrou datar da segunda metade do I milénio a.C., com apogeu situável nos séculos IV e III a.C.

Virgílio Hipólito Correia, por seu turno — que era, na altura, técnico do sítio arqueológico e que ocupa, desde 1999, o lugar de Director do Museu Monográfico de Conímbriga e, consequentemente, de responsável pelas ruínas — mostrou (p. 35-48) os resultados obtidos nas sondagens feitas numa das portas da cidade, integrada em muralha que datou, com argumentos, do tempo de Augusto; referiu-se, com mais pormenor, aos trabalhos levados a efeito no anfiteatro, que jaz em parte, como é sabido, sob o casario da vizinha Condeixa-a-Velha; e na chamada “Casa dos Repuxos”.

A interpretação das estruturas e a cronologia proposta para o *forum* — ou melhor, para os *fora* de Conímbriga — não obteve consenso por parte de alguns investigadores. Um dos mais críticos foi Anne Roth-Congès, em texto veemente publicado nas MEFRA (99, 1987, 711-751). A intervenção em Bordéus a este propósito (p. 49-68) é também assinada por R. Étienne e Jean-Claude Golvin; coube, no entanto, à Dra. Maria Adília Alarcão (responsável, na altura, pelo sítio) a argumentação com base em fina análise da estratigrafia, contrariando, assim, as pro-

postas de Roth-Congès, considerando-as sem fundamento arqueológico. Manteve-se, pois, a ideia de que o *forum* conimbricense teve duas fases: uma, do tempo de Augusto, ainda que a construção da basílica possa atribuir-se ao reinado de Cláudio (facto curioso, acrescento eu, uma vez que ora se sabe ter sido neste reinado que se desenvolveu primordialmente o *forum* de *Aeminium* – cf. Pedro C. Carvalho, *O Forum de Aeminium*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1998); a outra, flávio-trajânica.

O volume-relatório das escavações que, anualmente, se fizeram na *villa* de São Cucufate, durante um mês, desde 1977 a 1983 (a que se seguiram intervenções pontuais, orientadas, por exemplo, por Maria da Conceição Lopes) já teve uma filosofia diferente da que presidiu à elaboração das *Fouilles de Conimbriga*. Enquanto aqui se procurou ser arqueologicamente exaustivo, nos dois volumes intitulados *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*, Paris, 1990 (da responsabilidade de Jorge Alarcão, Robert Étienne e Françoise Mayet), optou-se por apresentar grandes sínteses e os resultados arqueológicos em quadros sinópticos suficientemente elucidativos, reservando-se para outras publicações parcelares um estudo mais exaustivo dos materiais. Desta sorte, Jeannette Nolen viria a publicar na *Conimbriga* (27, 1988, p. 5-59) os vidros; Salette da Ponte (*Conimbriga* 26, 1987, p. 133-165), os artefactos romanos e pós-romanos.

E, neste caso, F. Mayet associou a si Anne Schmitt para estudar a tipologia e a análise petrográfica do material anfórico (p. 71-109), tendo chegado à conclusão de que terá servido, preferentemente, para transporte de preparados de peixe (uma das ânforas ostentava, inclusive, o grafito *liquamen*).

Outro dos recipientes próprios duma *villa* agrária é o *dolium*. Do seu estudo se encarregou Inês Vaz Pinto (p. 110-156), num texto assaz interessante, na medida em que, para além de problemas de nomenclatura antiga, do comentário sobre os produtos que os Romanos utilizariam para a sua impermeabilização (pez, goma, cera), traçou o panorama do que se exumou durante as escavações, ensaiou uma tipologia (cuja utilidade prática, num caso destes, é, em meu entender, sempre muito discutível), concluindo que, dada a utilização predominante do pez, estaríamos em presença de vasilhame para vinho. Esta verificação viria a encaminhá-la, pois, em direcção a um discurso etno-arqueológico, dado que, no Alentejo actual e mais concretamente na área de Vila de Frades e da Vidigueira, em que se situa a *villa*, ainda hoje o vinho se produz e conserva em grandes talhas. (Permita-se-me um parêntese, porque, na verdade, esse foi um dos aspectos que mais impressionou, desde logo, os membros da equipa: após um dia de trabalho sob a torreira do sol nem sempre resistíamos à tentação de passar pala magnífica adega do “Ti” Carlos, que detinha precisamente essas enormes talhas de vinho...).

Uma das preocupações científicas maiores – como a princípio sublinhei – foi o da (in)existência do latifúndio naquela zona. Daí que, encetando uma pesquisa que a encaminharia depois para a dissertação de doutoramento ora em vias de conclusão, a Dra. Maria da Conceição Lopes tenha apresentado os primeiros resultados da sua investigação acerca da ocupação do solo em torno de São Cucufate e, concomitantemente, em torno da colónia de *Pax Iulia* (p. 157-178), mormente a questão, sempre premente, de saber se a Lusitânia ultrapassava, ou não, o rio *Anas*. E se as figuras 85 e 86 não são passíveis de ter como legenda “le territoire de Beja” (por evidente distracção dos editores), o certo é que a conclusão a que Maria da Conceição Lopes chegou se nos afigura hoje assaz eloquente, no que concerne a uma política determinada de divisão do solo mediante uma rígida e teórica atribuição de lotes a colonos:

“Il nous paraît exclu de généraliser un modèle, quel qu’il soit, à tout cet espace. La structuration du territoire n’aurait pas obéi à un schéma préalablement défini, ou bien ce dernier était suffisamment flexible pour permettre des adaptations locales, ce qui n’impliquait pas nécessairement une diminution de l’autorité de la capitale” (p. 177).

Curiosamente, em recente conferência feita em Coimbra (22-10-1999), Gérard Chouquer (Directeur de Recherches au CNRS), falando de “Nouvelles données sur les arpenteurs romains et les paysages antiques”, chamava precisamente a atenção para o carácter flexível dos cadastros, de acordo com a topografia e as características morfológicas do território.

Quanto ao controverso problema dos limites entre a Lusitânia e a Bética, julgamos também — já que falamos dos trabalhos de Maria da Conceição Lopes — que o livro recentemente publicado por ela e por Pedro C. Carvalho e Sofia M. Gomes, *Arqueologia do Concelho de Serpa* (Serpa: Câmara Municipal, 1998) aduz válidos argumentos para que a área dos actuais concelhos portugueses de Serpa e Moura se deva considerar lusitana.

Entra-se depois no “Itinerário industrial e marítimo” (p. 179-273).

Uma primeira digressão, teórica, sobre uns recipientes nas fontes gregas designados por *taricheai* (p. 181-193), assinada por Patrick Counillon e Robert Étienne, que concluem estarem esses objectos relacionados com as conservas de peixe.

Seguidamente, relata-se (p. 195-208) o que foi a operação de limpeza e levantamento topográfico no notável sítio de Tróia, de há muito conhecido. Essa intervenção deu azo a que se definissem melhor três fases de ocupação, entre meados do século I e meados do século V, o que, segundo os autores (R. Étienne e F. Mayet) “está perfeitamente de acordo com a cronologia das ânforas (Dressel 14 e Almagro 51 c) produzidas na margem oposta do estuário do Sado”. “Trata-se”, concluem, em jeito de máxima, “dum mundo de proprietários privados dominado pelo capitalismo mercantil” (p. 207).

Isabel Pereira, co-autora do III volume das *Fouilles de Conimbriga* dedicado às moedas (único, aliás, galardoado com um prémio internacional) e directora, ao tempo, do Museu Municipal Dr. Santos Rocha, da Figueira da Foz, apresentou — pela primeira vez de forma sistemática — os materiais provenientes de Santa Olaia, um notável sítio localizado nas margens do Rio Mondego, em que a presença fenícia está bem evidente, não apenas nas trocas comerciais mas também nas práticas metalúrgicas, em que se verifica “uma mistura de técnicas fenícias com técnicas tradicionais anteriores” (p. 231). Uma comunicação amplamente ilustrada.

A derradeira intervenção (pp. 255-273) pertenceu a F. Mayet e a Carlos Tavares da Silva (o arqueólogo português superiormente indicado para acompanhar os trabalhos da equipa francesa) e teve a colaboração, do ponto de vista da arquitectura, de Yasmine Makaroun. Tema: o estabelecimento fenício de Abul (Alcácer do Sal). Logo no início, duas magníficas fotos, a cores, do sítio e, no final, três outras, também magníficas, com pormenores dos vestígios postos a descoberto. Concluem os autores:

“Temos diante de nós um estabelecimento comercial-tipo cujos paralelos, até ao momento, não se encontram senão no Próximo-Oriente”.

E terminou aqui o relato do encontro comemorativo, onde não houve lugar para discussão das intervenções.

R. Étienne, porém, acrescentou-lhe, *a posteriori*, com pleno desconhecimento dos autores visados, um «postface» (p. 275-277), em que, para além das palavras de circunstância (“quelle joie ... de constater qu'en trente ans son héritage a fructifié”, “bonheur de se retrouver ensemble, félicité de la découverte, joie de la publication”...), aproveita a sua condição de editor para anular o interesse da intervenção de Virgílio H. Correia e contestar inflexivelmente a opinião de Isabel Pereira. Ambos só tiveram conhecimento dessa atitude após a publicação.

Sobre as muralhas de Conimbriga, por exemplo, Étienne afirma peremptoriamente que não podem ser do tempo de Augusto, uma vez que “aucun oppidum ne saurait s'entourer d'une muraille qui marque les limites du territoire urbain et de son autonomie” e, portanto, as muralhas só

podem ser da época flávia, “date de la transformation juridique de la ville et de son remodelage urbanistique”.

Quanto a Santa Olaia, sentencia Étienne, não passa de vulgar “point de rencontre grâce au commerce entre techniques nouvelles et techniques traditionnelles et n’implique nullement la présence de Phéniciens sur le site”. Porque o importante, na verdade, é demonstrar que Abul, “un don du ciel”, “reste bien, sur la façade atlantique du Portugal, le seul ‘emporion’ phénicien”. Muito bem!

Registe-se, de resto, que, nesse posfácio, o Professor Étienne não se refere uma única vez a quem, depois de Bairrão Oleiro, lhe deu a mão, em Conímbriga e em São Cucufate, e que é hoje, professor catedrático de Arqueologia, o decano dos arqueólogos portugueses, o Doutor Jorge de Alarcão – que esteve, aliás, também presente em Bordéus e de quem, na série “Roteiros da Arqueologia Portuguesa” (n.º 5), o Instituto Português do Património Arquitectónico acaba de editar um dos livros mais cientificamente bonitos que algum dia se escreveu em Portugal sobre um sítio arqueológico: *S. Cucufate* (Lisboa, 1998) – a mesma sensação de grande beleza que se tem ao saborear o seu mais recente livro sobre Conímbriga (*Conimbriga – O Chão Escutado*. Funchal/Lisboa: Edicarte, 1999).

Quanto ao trabalho desenvolvido pela Mission Archéologique Française au Portugal, assinala-se que lhe pertence a publicação duma obra de síntese sobre Tróia (*Un grand complexe industriel à Tróia - Portugal*), Paris, 1994, e, mais recentemente, *Les amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel*, também publicado em Paris (1996), tendo este último volume recebido uma das mais demolidoras recensões críticas publicadas em Portugal, da autoria do Doutor Carlos Fabião, arqueólogo e professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (“Novidades sobre o Sado? Alguns comentários sobre um livro recente”, *Vipasca*. Aljustrel. 6, 1997, p. 159-169), que termina afirmando: “É caso para dizer que o Sado merecia melhor”.

*Itinéraires Lusitaniens* apresenta capa de cores modernas, cartonada. Os textos são todos em língua francesa, mas há, no final de cada, uma síntese em português, que nem sempre foi alvo da revisão desejada: por exemplo, na p. 177, fala-se em autor quando o autor é... uma autora; na p. 231, lê-se “comunicação” em vez de “comunicação”... Muito útil a tábua das figuras e de extrema utilidade também os índices (de fontes, de nomes, geográfico e de assuntos).

Um documento singular para a História do que pode representar uma colaboração internacional no domínio da Arqueologia.